



RELATÓRIO 2019

NÚCLEO DE GESTÃO
SOCIOAMBIENTAL
DO JUDICIÁRIO
MARANHENSE



Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça

Des. Jorge Rachid Mubárack Maluf

Presidente da Comissão Gestora do Plano de Logística
Sustentável do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão



Joelma Regina do Nascimento

Jaciara Pinto Silva

Roseline Costa de Araujo

Projeto gráfico e editoração:
Assessoria de Comunicação da Presidência



Núcleo de Gestão Socioambiental foi instituído pelo TJMA, de acordo com a Resolução 50/2016 e Resolução nº 201/2015 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). As atividades do Núcleo buscam articular, potencializar e implantar iniciativas voltadas para a sustentabilidade no Judiciário maranhense, em parceria com setores estratégicos, como Diretorias de Recursos Humanos, Administrativa, Financeira, Engenharia e Informática. As ações são norteadas pelo Plano de Logística Sustentável (PLS), que tem como presidente da Comissão Gestora, o desembargador Jorge Rachid Mubárack Maluf.

Qualidade de vida no ambiente de trabalho



AÇÃO DE QUALIDADE DE VIDA DO JUDICIÁRIO MARANHENSE 2019

10 e 11 de outubro
9h às 17h

Comarcas: Brejo, Chapadinha, Buriti, Santa Quitéria, São Bernardo, Urbano Santos e Vargem Grande
Atendimentos: Nutrição, Fisioterapia, Psicologia, Educação Física e Eletrocardiograma

Mais informações: Núcleo de Gestão Socioambiental: (98) 3198-4361

Realização: Tribunal de Justiça do Maranhão
Núcleo Socioambiental TJMA

Qualidade de vida no ambiente de trabalho

Em parceria com a Diretoria de Recursos Humanos, o Núcleo Socioambiental realizou o Programa de Qualidade de Vida, que tem por objeto a ação conjunta entre a Universidade Federal do Maranhão (Ufma) e o Judiciário maranhense, com o intuito de realizar avaliações e intervenções de qualidade de vida. Foram atendidos 432 servidores, que passaram por cerca de 1.300 procedimentos nas áreas de Psicologia, Eletrocardiograma, Educação Física, Fisioterapia e Nutrição.

O Programa contemplou 25 comarcas e a Corregedoria Geral da Justiça (CGJ), em 2019, tendo como sedes: Itapecuru (Itapecuru, Anajatuba, Cantanhede, Morros, Rosário e Vargem Grande); Chapadinha (Brejo, Chapadinha, Buriti, Santa Quitéria, São Bernardo, Urbano Santos e Vargem Grande); Colinas e São João dos Patos (Colinas, São João dos Patos, Buriti Bravo, Mirador, Pastos Bons e Paraibano); Presidente Dutra (Presidente Dutra, Dom Pedro, São Domingos do Maranhão, Tuntum); CGJ (capital); Balsas (Balsas, São Raimundo das Mangabeiras e Riachão).





1ª Olimpíada da Família Judiciária

O evento realizado no dia 27 de outubro de 2019, em homenagem ao Dia do Servidor, abrangeu 4 modalidades esportivas (corrida, com 507 inscritos; futebol, com 12 equipes; natação; e tênis de mesa, com 27 inscritos cada). Teve por objetivo a integração dos magistrados, servidores do primeiro e segundo graus, efetivos e comissionados, extensivo aos membros da sociedade civil em geral, com foco na promoção da saúde, bem-estar e qualidade de vida.

A realização do evento é fruto de uma Cooperação Técnica entre a Presidência do Tribunal de Justiça, Comissão Gestora do Plano de Logística Sustentável, Comitê Gestor Local de Atenção Integral à Saúde e Associação dos Magistrados do Maranhão (Amma).





Horto Medicinal na Casa da Criança Menino Jesus

O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) e a Secretaria de Estado da Saúde (SES) inauguraram um horto medicinal na Casa da Criança Menino Jesus, instalada no prédio da Fundação da Cidadania e Justiça (Funcej), em São Luís. Cerca de 26 crianças – entre 0 e 8 anos, vítimas de maus tratos, em situação de risco ou abandono, sob a guarda da Justiça – serão beneficiadas com o projeto. A parceria garante a implantação e operacionalização do Projeto Estratégico “Farmácia Viva”, por intermédio do Herbário da Ufma, na Casa da Criança.

A inauguração é fruto de convênio celebrado entre o Poder Judiciário – por meio da Coordenadoria da Infância e Juventude do TJMA, presidida pela desembargadora Cleonice Freire – e a Funcej com a Secretaria de Estado da Saúde, por intermédio da Secretaria Adjunta da Política de Atenção Primária e Vigilância em Saúde. A presidente da Funcej é a desembargadora aposentada Etelvina Ribeiro Gonçalves.

Eficiência energética



Troca de lâmpadas comuns por led

O Núcleo Socioambiental do TJMA, em parceria com a Companhia Energética do Maranhão (Cemar), promoveu em maio, a troca de lâmpadas comuns por lâmpadas de LED para funcionários do Fórum e população da Comarca de Imperatriz. Cada consumidor trocou até três lâmpadas comuns em bom estado, no quiosque da Cemar – instalado na área externa do Fórum Henrique de la Roque.

O objetivo da campanha foi o de fortalecer a política de sustentabilidade do TJMA, por meio do incentivo ao consumo sustentável de energia elétrica, a exemplo do uso da lâmpada LED. Foram atendidos 335 servidores e jurisdicionados, com 993 lâmpadas trocadas.

Gestão de resíduos



DOAÇÃO DE BENS

162 bicicletas apreendidas a instituições filantrópicas de caráter assistencial

Quinze instituições filantrópicas receberam 162 bicicletas doadas pelo Poder Judiciário do Maranhão. A doação está fundamentada no que dispõe o Manual de Bens Apreendidos do CNJ. As instituições beneficiadas foram contempladas no Processo nº 27863/2019 (Digidoc) da Corregedoria Geral de Justiça do Maranhão.

940 capacetes apreendidos para a realização de ações educativas por meio do Detran-MA

O Depósito Judicial da Corregedoria Geral da Justiça celebrou a doação de 940 capacetes ao Departamento Estadual de Trânsito (Detran-MA). A entrega foi feita pela chefe do Depósito Judicial, de acordo com as normas constantes do Manual de Bens Apreendidos do CNJ e do Provimento nº 16/2018 da CGJ-MA, que regulamentou a destinação de bens apreendidos por meio de ações judiciais no âmbito da Justiça de 1º Grau do Estado.

Reaproveitáveis

“É prática comum no TJ/MA a doação de bens reaproveitáveis e, em especial, na gestão do Des. José Joaquim, mais de 120 entidades foram beneficiadas e mais de 1700 bens foram entregues. São números bem expressivos. A maioria dos bens são doados após longo tempo de utilização e que, quando o Tribunal realiza



novas aquisições, esses bens ficam fora do padrão e são considerados inservíveis para suas atividades. Assim, estas doações beneficiam não só as instituições que recebem essas doações, mas também o próprio Poder Judiciário, tendo em vista que não compensa a manutenção ou recuperação desses materiais.”



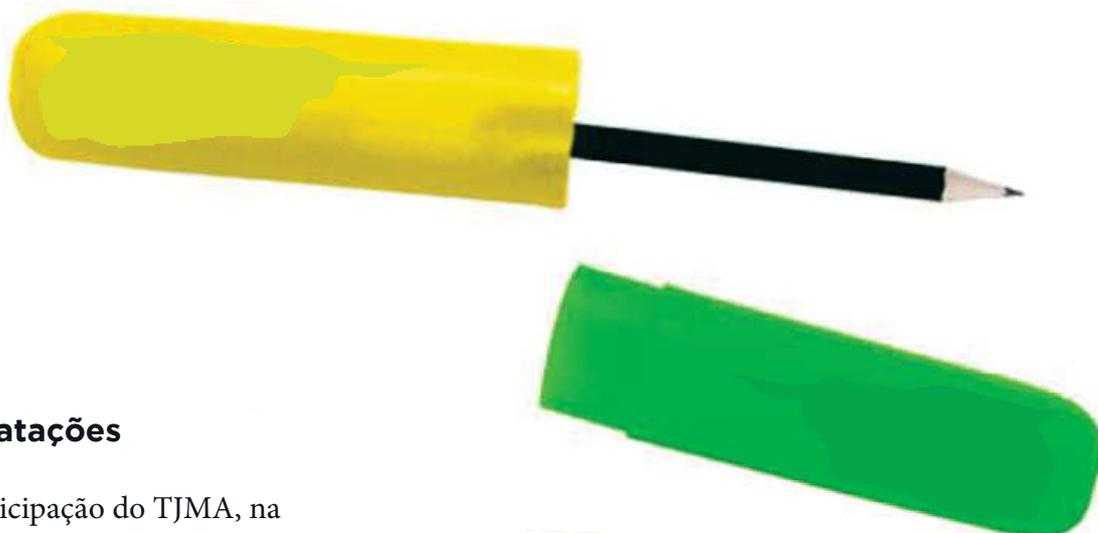
Eliminação da incineração

Em outubro de 2018, o Corregedor-Geral da Justiça, desembargador Marcelo Carvalho, determinou a suspensão do procedimento de incineração de processos físicos de competência dos Juizados Especiais Cíveis, que contrariava a política de gestão de resíduos do Poder Judiciário. Por meio dessa medida, em 2019, foram encaminhados a Cooperativa de Reciclagem de São Luís (Copresl) mais de 253 mil processos, totalizando 89 toneladas.

Números de 2019

Houve ainda a ampliação do descarte ambientalmente adequado em várias unidades do Poder Judiciário. Assim, o TJMA deixou de descartar no meio ambiente, cerca de 105 toneladas de resíduos sólidos e 2.939 unidades de toneres e cartuchos. Além de 73 quilos de medicamentos e 116 quilos de pilhas/baterias, que foram entregues por servidores e magistrados nos coletores instalados na sede do TJMA, CGJ, Centro Administrativo e Casa da Criança.

Insumos e materiais



Compras e contratações sustentáveis

Destaca-se, a participação do TJMA, na primeira compra compartilhada de papel A4, no Estado do Maranhão, realizada por meio da Ecoliga – Sustentabilidade no Setor Público Maranhense. Além do TJMA, também participaram da compra conjunta, o Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão (TRE-MA), Tribunal Regional do Trabalho 16ª Região (TRT-MA), Tribunal de Contas do Estado do Maranhão (TCE-MA), Ministério Público do Maranhão (MP-MA), Ufma, Universidade Estadual do Maranhão (UEMA) e Justiça Federal do Maranhão. No que se refere a economicidade nas licitações homologadas, o Poder Judiciário do Maranhão apresentou redução de 28%.

Em 2019, o TJMA passou a distribuir lápis semente, que são feitos de madeira de reflorestamento, onde sua parte superior contém um compartimento com sementes. Após o uso, o lápis poderá ser enterrado para que as sementes germinem e possam virar hortaliças, flores e/ou árvores. Ainda, por meio da Divisão de Administração de Material, o TJMA passou a fornecer, dentre os gêneros alimentícios, açúcar demerara orgânico. Tal produto além de ser rico em vitaminas B1, B2, B6, cálcio, magnésio, cobre, fósforo e potássio, ainda deixa de receber aditivos químicos, que são extremamente prejudiciais à saúde.

Rotas inteligentes

As Rotas Inteligentes compreendem um estudo logístico de distribuição bimestral de material de consumo às comarcas do interior,



que organiza as entregas em percursos mais eficientes, gerando economia no uso dos serviços dos Correios ao substituir as postagens pelo transporte dos materiais em veículo próprio.

No ano de 2019 foram realizadas 26 rotas inteligentes de entrega de material de consumo, totalizando 12.417 volumes entregues. Verificou-se que a economia líquida acumulada com as rotas inteligentes neste intervalo alcançou R\$ 513.559,58, confirmando a viabilidade da manutenção da atividade. Foram mantidas as 77 comarcas atendidas em veículo próprio, incluindo-se as quatro presentes na Grande São Luís (São Luís, São José de Ribamar, Paço do Lumiar e Raposa).

Sensibilização e capacitação



Em parceria com a Diretoria de Segurança Institucional, o Núcleo Socioambiental realizou o treinamento de “Princípios de Combate ao Incêndio e Pânico”, no dia 8 de março de 2019. Tendo como objetivo capacitar os terceirizados para atuarem em uma situação de emergência, na sala de armazenamento de resíduos do prédio sede.

Em 5 de junho foi realizada uma programação especial em comemoração ao Dia Mundial do Meio Ambiente. Houve o lançamento da Campanha Destralhe 2019 e do Prêmio de Sustentabilidade para servidores e unidades do Judiciário maranhense. Na ocasião, também foram entregues aos servidores da Diretoria de Segurança e funcionários da empresa Gestor, certificados de participação referentes ao treinamento “Princípios de Combate ao Incêndio e Pânico”, ministrado por bombeiros militares lotados no TJMA. Ainda foi apresentado o projeto-piloto sobre a separação de resíduos nas salas do prédio do Centro Administrativo. E, como parte da programação alusiva ao Dia do Meio Ambiente, também foi aberta, no hall do Fórum de São Luís (Calhau), uma exposição, realizada pelo Centro de Referência Estadual de Economia Solidária (Cresol).

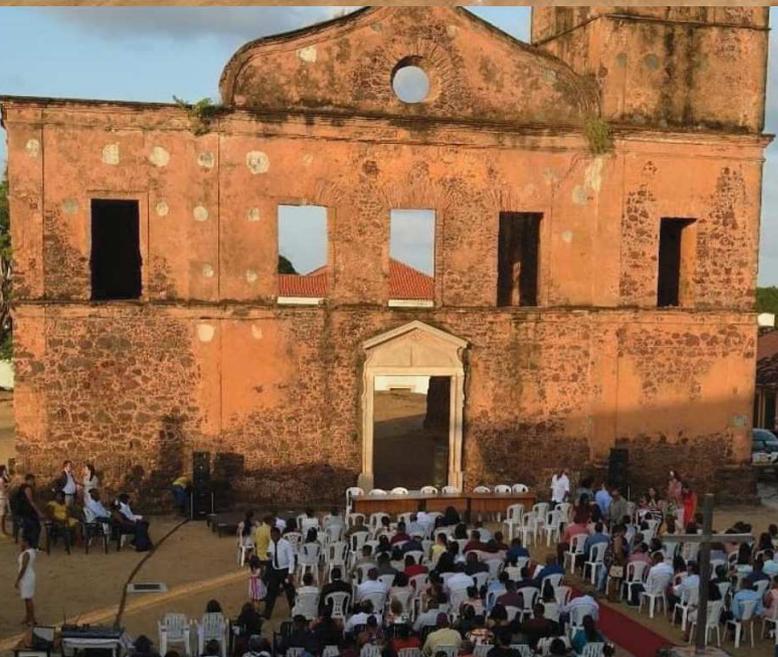
Em agosto foi realizado o Curso “Licitações

Sustentáveis” oferecido pelo Núcleo de Gestão Socioambiental, em parceria com a Escola Superior da Magistratura (Esmam). O curso mostrou na teoria e na prática, como o Judiciário maranhense pode incluir critérios de sustentabilidade nos processos licitatórios. Durante a capacitação, a facilitadora Teresa Villac abordou as licitações sustentáveis no Brasil, seus fundamentos jurídicos e fases para implementação, que vão do planejamento à gestão de resíduos. Foram dois dias, 8 e 9 de agosto, no auditório do Centro Administrativo, em que 40 servidores participaram de oficinas e direcionaram as aulas para suas experiências no ambiente de trabalho.

Em outubro foi realizado a primeira edição do Curso EaD – “Introdução à Gestão Socioambiental” oferecido pelo Núcleo de Gestão Socioambiental, em parceria com a Escola Superior da Magistratura do Maranhão (Esmam). A plataforma do curso foi cedida pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ) e adaptado para a realidade do TJMA, conforme alinhamento entre o Núcleo Socioambiental e a Esmam. A capacitação a distância contou com a participação de 30 servidores da capital e de várias comarcas do interior.



Responsabilidade social



Casamentos comunitários

Lançado em 1998, o programa integra o calendário social da Corregedoria Geral da Justiça (CGJ). Proporciona o amplo acesso ao casamento civil, especialmente aos noivos da comunidade com insuficiência de recursos, que não podem arcar com os custos do casamento civil em cartório, e são beneficiados pela isenção da cobrança de custas cartorárias e da certidão de casamento.

Em 2019, 4.971 casais participaram das edições dos casamentos comunitários realizados no Estado do Maranhão. Sendo que, o Casamento Comunitário da CGJ, ocorrido no Termo Judiciário de São Luís, foi o com o maior quantitativo, 915 casamentos.



Casa Abrigo

A Casa Abrigo, do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão, foi criada em 24 de setembro de 1999. Está vinculada diretamente à Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar, que acolhe mulheres em situação de violência doméstica e familiar, em situação de risco de morte, acompanhadas de seus filhos menores de 12 anos. O espaço da Casa Abrigo destina-se a garantir integridade física e emocional das mulheres e seus dependentes, oferecendo-lhes um local seguro e sigiloso, até que possam reunir condições necessárias para retomar suas vidas, resgatando sua autoestima e auxiliando no processo de reorganização pós-acolhimento.

Ao longo do ano de 2019, a Casa Abrigo do Tribunal de Justiça do Maranhão acolheu um

total de 48 mulheres e 62 crianças/adolescentes. É oferecido atendimento direto nas seguintes áreas: Serviço Social, Pedagogia e Enfermagem. Também são ofertados suportes nas áreas jurídica e psicológica mediante parceria firmada com a Defensoria Pública do Estado do Maranhão e o Centro de Referência e Atendimento à Mulher (Cram), respectivamente. De acordo com as necessidades, o público acolhido tem acesso a diversas políticas públicas (Saúde, Educação, Moradia, etc.) no sentido da garantia de direitos.

As práticas adotadas para o acolhimento das mulheres e seus dependentes incluem: a) atendimento individualizado em diversas áreas; b) acompanhamento interdisciplinar com a equipe da 2ª Vara Especializada em Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; c) estudos de caso; d) visitas domiciliares e institucionais; e) articulação com os demais atores que compõem a Rede de Proteção a Mulher; f) oferta de oficinas com enfoque profissionalizante as mulheres; g) oferta de atividades lúdicas e de lazer aos dependentes acolhidos.

Como práticas/iniciativas implementadas para aprimorar o atendimento prestado, os servidores da unidade participam das formações continuadas vinculadas a temática da violência contra a mulher, além da capacitação da equipe de funcionários terceirizados (serviços gerais, cuidadoras e cozinheiras) acerca da lei Maria da Penha. Também houve melhoria na qualificação das oficinas profissionalizantes ofertadas às mulheres, bem como ampliação dos recursos técnico-pedagógicos utilizados nas atividades junto as crianças e adolescentes.



Programa de Descontos e Vantagens

O “Programa de Descontos e Vantagens” instituído pela Resolução GP nº 58/2016 para os servidores e magistrados do TJMA, tem como propósito firmar parcerias com empresas privadas de variados ramos de atividades, visando ofertar descontos e vantagens aos servidores públicos do Poder Judiciário do Estado do Maranhão, estendido aos seus dependentes, para obtenção de produtos e serviços nos estabelecimentos comerciais e profissionais credenciados que desejarem participar do programa.

Atualmente, o Programa de Descontos e Vantagens conta com 162 empresas cadastradas. As referidas empresas atuam em diversas áreas, tais como: Academias, Escola de dança, Centros de estética e bem-estar, Clínicas Médicas e Odontológicas, Instituições Educacionais de Ensino (Educação Infantil, Ensino Fundamental I e II, Ensino Médio), Faculdades, Cursos de Idiomas, Salões de beleza, Óticas, Farmácia de manipulação, Agência de viagem, Autoescola, Concessionária de veículos, Corretora de seguros, Curso preparatório, Curso profissionalizante e técnico entre outros.

Programa Meritus

O Programa de Valorização dos Servidores do Poder Judiciário do Maranhão foi instituído por meio da Resolução GP nº 60/2017, de 22 de 11/2017, e atualizado por meio da Resolução GP nº 66/2019, que consiste em um “sistema de incentivos e de recompensas”, cujo objetivo é reconhecer o mérito de determinadas ações

desempenhadas no ambiente organizacional, gerando o acúmulo dos créditos meritórios para posterior utilização dos benefícios institucionais elencados, a depender da pontuação obtida pelo servidor participante.

Em 2019, houve a 2ª edição do Programa. Por meio dos Editais nº 10/2019 e 11/2019, 65 servidores se inscreveram, sendo 47 cadastrados no sistema de Meritocracia com acúmulo dos créditos meritórios, e desses, 15 servidores contemplados com os benefícios, conforme, Portaria GP 1121/2019.

Teletrabalho

A implantação da modalidade de teletrabalho foi regulamentada pela Resolução nº 227/2016 do Conselho Nacional de Justiça, no âmbito nacional, e pela Resolução nº 29/2017 no âmbito do Poder Judiciário Maranhense. Atualmente, 69 servidores estão em regime de teletrabalho,.

Conforme conceito extraído da Resolução 227/2016 do Conselho Nacional de Justiça, é o trabalho a distância, também conhecido como trabalho remoto, utilizando-se de equipamentos que permitam que o efetivo desempenho tenha efeito em lugar diferente do ocupado pela pessoa da unidade.

São diversas as vantagens e benefícios, diretos e indiretos, resultantes do teletrabalho para a Administração, para o servidor e para a sociedade. Podendo-se destacar a flexibilidade da jornada de trabalho, a melhoria do clima organizacional e da qualidade de vida dos servidores, como também, aumento da produtividade.



Casa da Criança

Com mais de 20 anos de funcionamento, a casa destina seus trabalhos à assistência de crianças vítimas de abandono e maus-tratos, desenvolvendo atividades de acompanhamento e acolhimento. Faz parte dos projetos especiais e sociais desenvolvidos pelo Judiciário por meio da Fundação da Cidadania e Justiça.

A Casa da Criança recebeu 47 crianças para acolhimento, em 2019. Retornaram ao convívio familiar 12 crianças, 9 foram adotadas.

Buscando a eficácia e eficiência no serviço de acolhimento, em 2019, a Casa da Criança realizou atividades em benefícios das crianças:

a) Assistência psicossocial: acompanhamento social e psicológico das crianças acolhidas, e suas respectivas famílias;

b) Assistência à saúde: atendimentos médicos, odontológicos e fornecimento de medicamentos. As crianças acolhidas são acompanhadas semanalmente por médica pediátrica do Tribunal de Justiça. Já os atendimentos de urgência/emergência são realizados na rede pública de saúde, especialmente nas Unidades de Pronto Atendimento (UPA) estaduais, Hospital da Criança Odorico Amaral de Matos e Hospital Infantil Dr. Juvêncio Matos. Os acompanhamentos médicos especializados, assim como exames, são feitos juntos à rede pública de privada. A Casa da Criança providencia e custeia as medicações prescritas necessárias ao

tratamento das crianças;

c) Assistência à educação: as crianças em idade escolar foram atendidas na Creche Escola Maria Jesus de Carvalho e Unidade de Educação Básica (UEB) Justino Jansen, da rede municipal de ensino. No total são 9 (nove) crianças no segmento da Educação infantil e 1 (uma) criança no Ensino Fundamental. Ainda, na Casa da Criança são desenvolvidas atividades lúdicas, artísticas e de estimulação psicomotora;

d) Convivência familiar e comunitária: em geral, as crianças acolhidas recebem visitas após audiências concentradas (quando há deliberação judicial) nas situações em que são trabalhadas o processo de reintegração familiar. Durante o acolhimento, as crianças participam de atividades comunitárias como passeios externos, participação em eventos culturais, comemoração de aniversários, entre outras atividades programadas pela unidade;

e) Atendimento às necessidades básicas: durante o período de acolhimento a Casa da Criança disponibiliza alimentação balanceada (por meio de cardápio saudável). São oferecidos ainda vestuários, itens de limpeza e higiene, medicamentos, brinquedos, materiais escolares. Além disso, é viabilizada a emissão de documentos, quando necessário, como: registro de nascimento, carteira de identidade, cadastro de pessoa física (CPF), cartão do Sistema Único de Saúde (SUS), carteira de vacina.



Projeto Social “Justiça com a Melhor Idade”

O Projeto Social “Justiça com a melhor idade” foi idealizado pelo Vice-Presidente do Tribunal de Justiça, Desembargador Lourival de Jesus Serejo, em parceria com a Associação dos Magistrados do Maranhão (AMMA), visando a integração do Poder Judiciário do Estado do Maranhão com a população idosa do Estado do Maranhão, de modo a promover ações relacionadas à saúde, bem-estar e entretenimento. Em sua primeira edição, realizada no dia 18 de junho de 2019, no Asilo de Mendicidade, foi proporcionado aos idosos apresentação de dança folclórica, bem como a entrega de kits de higiene e fraldas geriátricas, sendo 32 idosos beneficiados.

A segunda edição, realizada no dia 13 de novembro de 2019, contou com a arrecadação do valor de R\$ 1.610,00 (um mil, seiscentos e dez reais), destinados à Associação Regional das Senhoras de Caridade de São Vicente de Paula, sendo o montante utilizado na compra de tintas para manutenção do local e para a compra de suprimentos para beneficiamento de 15 idosos residentes naquele local.



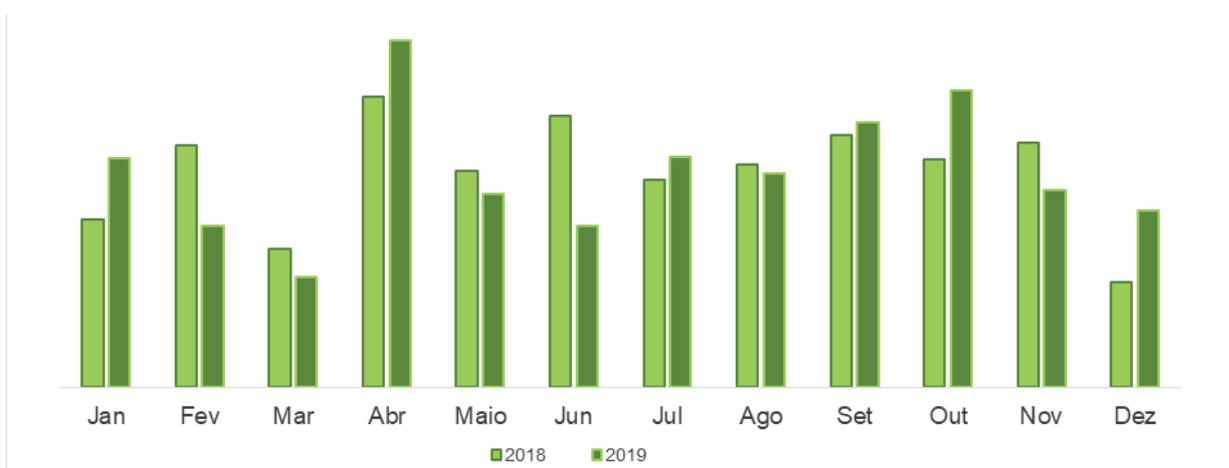
Levantamento de consumo

Apresentamos um breve comparativo gráfico, que evidencia os resultados do consumo de papel não reciclado próprio, telefonia fixa e móvel, energia elétrica, água e esgoto, correspondências, veículos e combustível.

Consumo com papel não reciclado próprio

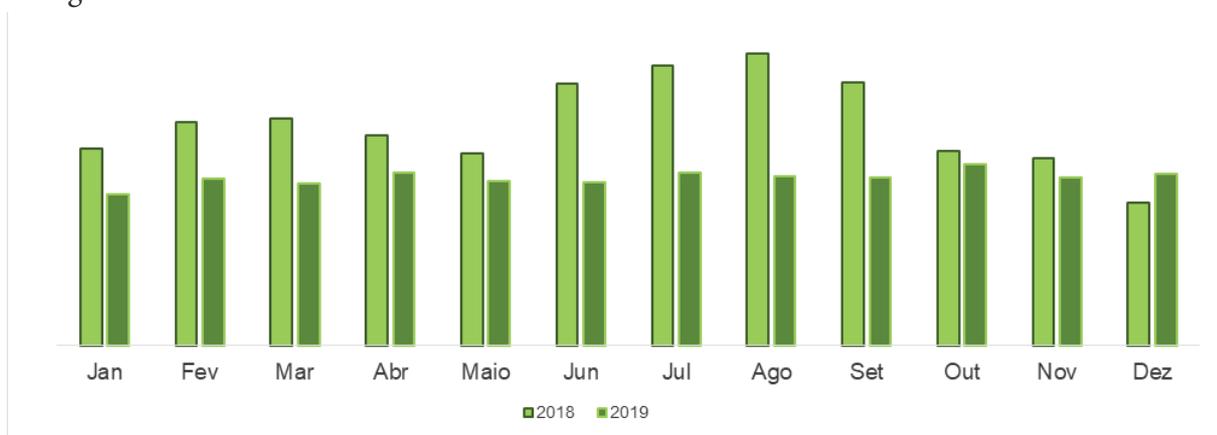
A redução no consumo de papel em 2019 foi de 0,14%. Conforme análise da Divisão de Material, o baixo percentual está ligado aos hábitos ainda presentes nas rotinas de trabalho, como impressões desnecessárias, impressão de documentos que já foram assinados digitalmente, uso de formulários que poderiam ser digitais, entre outras ações que não expressam um consumo sustentável.

Diante dos resultados de 2019, iniciou-se novo processo de ações como a aprovação da Resol-GP-632019 (Selo Verde), além da Portaria-GP-752020, que escolheu o referido material para ter a meta de 20% de redução em 2020, em relação ao ano de 2019. Outra medida, foi o estabelecimento de visitas às comarcas do interior do estado para processo de conscientização acerca do uso racional dos materiais de consumo e estímulo para cumprimento da meta do Selo Verde.



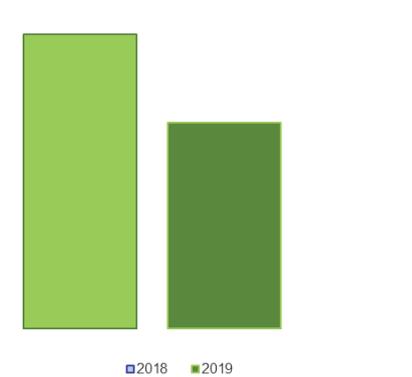
Gasto com telefonia fixa

A redução do gasto com telefonia fixa em 2019 foi de 24,6%, perfazendo uma economia de mais de R\$ 200 mil. A instalação de centrais telefônicas em várias Comarcas do Poder Judiciário do Maranhão e o cancelamento de linhas telefônicas em “desuso” contribuíram para a diminuição dos gastos.



Gasto com telefonia móvel

Em 2019, houve redução de 29,8% em quantidade de linhas móveis, o que diminuiu R\$ 96 mil reais no gasto. A redução da despesa verificada em 2019, em relação a 2018, justifica-se, em parte, pela diminuição do quantitativo de linhas inicialmente contratadas e pelo uso consciente dos serviços, inclusive com maior uso dos serviços de dados (pagos em valor fixo, por franquia de 5GB para a maioria das linhas) e menor uso dos serviços de voz.



Consumo de Energia Elétrica

Houve aumento do consumo de 2,9%, em 2019, comparado a 2018. Com relação a valores, foi apresentado um aumento de R\$ 794 mil.

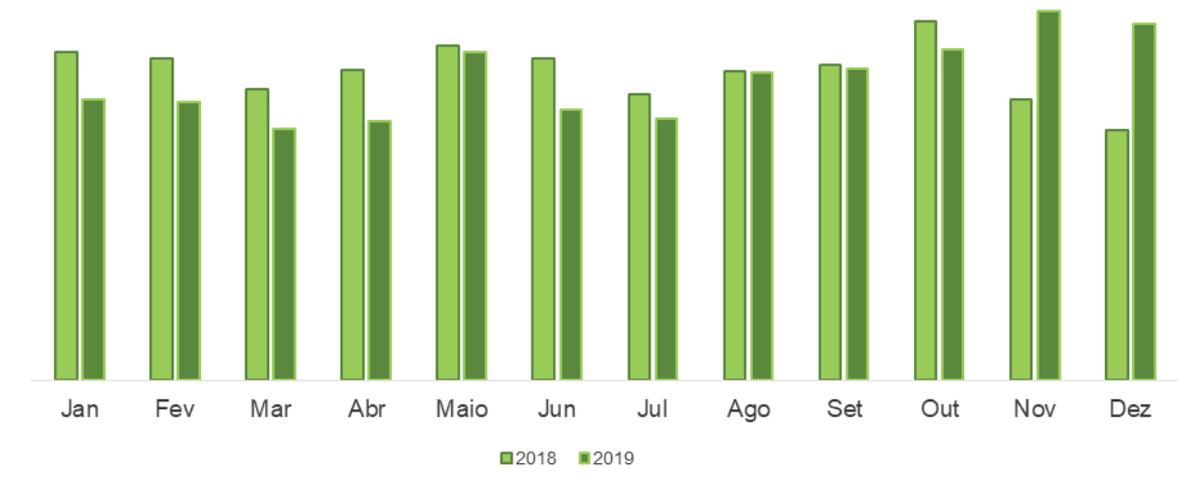
No que se refere ao aumento de consumo, em 2019 foram realizadas reformas que ampliaram alguns Fóruns de Justiça em diversas Comarcas (São João Batista, Paço do Lumiar, Governador Nunes Freira...) que, possivelmente, implicaram em mais equipamentos dependentes de energia elétrica.

Quanto ao aumento de gasto, houve a aplicação das bandeiras tarifárias amarela nas contas de maio a julho e de outubro a dezembro de 2019; bandeiras tarifárias vermelha nas contas de setembro a dezembro, ainda aumento no valor das bandeiras tarifárias (50%)



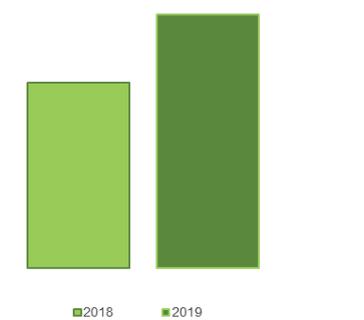
Consumo de Água e Esgoto

O consumo de água teve redução de 2,8% em 2019, comparado a 2018. Resultado da instalação de hidrômetros em unidades jurisdicionais onde não havia o equipamento; redução de uma matrícula, na fatura agrupadora da CGJ-MA, em 2019; e, da identificação de vazamentos, em algumas unidades administrativas/jurisdicionais, que majoravam o consumo. Mesmo havendo redução no consumo, o gasto em 2019 aumentou R\$ 200 mil, correspondente ao reajuste anual de 22,23% aplicado pela companhia.



Gasto com correspondências

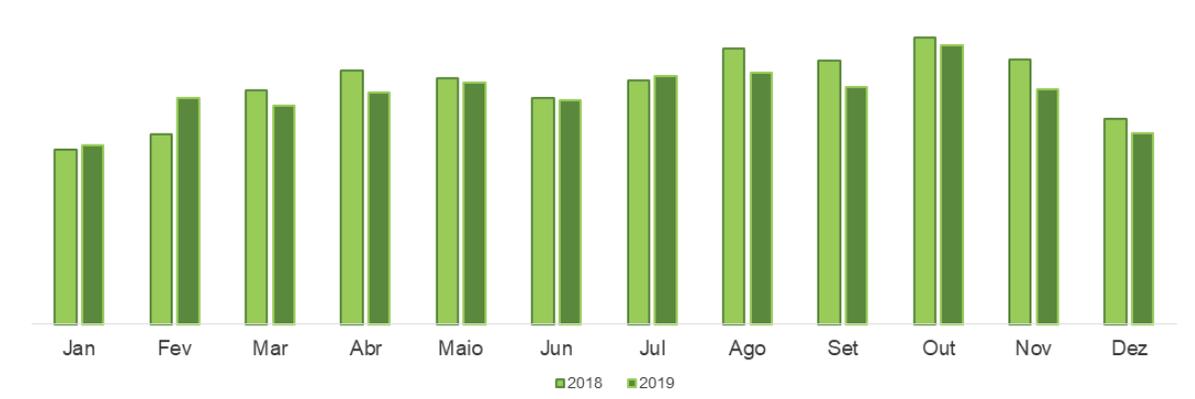
Aumento de 36,8%, em 2019, no comparativo a 2018. Contribuiu para esse aumento, o reajuste anual de 8,03% e, ainda, o uso significativo do serviço de Sedex, pela Justiça de 1º Grau.



Consumo de Combustível

Em 2019 foi apresentada 7% na redução de consumo de combustível, comparado a 2018. Para essa medida, duas frentes foram priorizadas no alcance da meta: a renovação da frota e a otimização de rotas e trajetos visando um melhor aproveitamento de cada atendimento quando da disponibilização de veículos demandados no dia a dia.

Ainda, os condutores foram orientados para que utilizassem sempre o melhor trajeto considerando fatores como tempo de deslocamento e distância até o local pretendido, além do aproveitamento do mesmo veículo para atendimento de outras solicitações com trajeto e horário similares que pudessem ser compartilhados.





Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça



NÚCLEO
SOCIOAMBIENTAL
TJMA sustentável